

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELÍCIO DOS SANTOS/MG.**

**PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2021**

**CONSTRUREDE ELETRICIDADE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.600.238/0001-58, com sede administrativa na Av. Presidente Tancredo Neves, 2115, Zacarias, Caratinga, MG, CEP 35.300-102, representada neste ato por seu representante legal o Sr. Moacyr Mendonça Costa Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 5.527.071 SSP/MG, CPF 879.898.916-20, vêm, respeitosamente, com fundamento no artigo 41, § 1º da Lei nº 8.666/1993, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO** pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

## **1 – DA TEMPESTIVIDADE**

É de se assinalar que a presente insurreição encontra-se TEMPESTIVA, uma vez que o item V do Edital prevê que eventual impugnação poderá ser feita até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública do Pregão para Registro de Preços.

Assim, considerando que a sessão pública para abertura dos envelopes está prevista para ocorrer em **11/03/2021** (quinta-feira), temos que, protocolada na presente data, plenamente tempestiva a presente impugnação, motivo pelo qual requer seja conhecida e regularmente processada.





## 2 - DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

Foi publicado o Edital de Pregão Presencial Nº 012/2021 para Registro de Preço, Tipo Menor Preço Global, pela Prefeitura Municipal de Felício dos Santos, tendo como objeto o "registro de preços para futura e eventual a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, para execução de serviços na iluminação pública do Município, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e mão de obra especializada, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I."

A Impugnante é empresa que atua no ramo de serviço de eletricidade tem interesse em participar do certame, sendo certo que preenche os requisitos do item VII do Edital, bem como presta os serviços necessários para o cumprimento do objeto da licitação.

Após minuciosa análise do Edital pela Impugnante, bem como de seus documentos Anexos, conclui-se que, *data vênia*, **há aspectos técnicos que necessitam de adequação**, para que o certame atenda plenamente à legislação aplicável, principalmente a Constituição da República e a Lei 8.666/93 e atenda ao entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

Conforme se passará a demonstrar, a necessidade de ajuste do Edital e seus Anexos nos termos desta Impugnação é imperiosa, sob pena de trazer prejuízos irreparáveis aos licitantes e aos interesses deste município, afetando, assim, o princípio da ampla concorrência, uma vez que traz em seu esboço, indícios de irregularidades na aplicação de dispositivos das leis de incidência que maculam todo o certame. Diante desse fato, deve ser analisada a respectiva impugnação tempestiva do Edital publicado pela Administração Pública Municipal, conforme será demonstrado adiante.





## 2.1 - DIVISIBILIDADE DO OBJETO

A junção de vários serviços distintos em um mesmo lote ofende gravemente a competitividade do certame e restringe a igualdade entre os licitantes, consequentemente é frustrada a busca pela melhor proposta. O julgamento por "menor preço", em que o "LOTE ÚNICO" é formado por serviços dispares, como por exemplo: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MENSAL, INCLUINDO MATERIAL (LÂMPADA, REATOR, CONEXÃO, CABOS, RELE E BASE) E MÃO DE OBRA EM TODOS OS PONTOS DE IP INFORMADOS, EM TODOS OS BAIRROS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO; SERVIÇO DE GEORREFERENCIA, CADASTRAMENTO E EMPLACAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA; SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO E CONTROLE DE MANUTENÇÃO; POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 5 M LIVRE, 3", COM SUPORTE PARA UMA LUMINÁRIA COM BRAÇO DE 50 CM, EQUIPADO COM UMA LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 60W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POSTE DT 13/300, EQUIPADO, INCLUINDO CRUZETA DE MADEIRA OU FERRO DE 3M E ELETRODUTOS DE 1" PARA DESCIDA DO CIRCUITO; FORNECIMENTO E LOCAÇÃO DE ARVORE DE NATAL, TORRE, BALÃO E OUTROS DESENHOS DE 18 M A 20 M DE ALTURA, EQUIPADA COM CORDÕES DE LED FIXO OU PISCA PISCA, BLINDADO (VERDE, VERMELHO, AZUL, BRANCO MORNADO), COM 100 LEDS POR CORDÃO, EQUIPADA COM ESTRELAS E OUTROS DESENHOS EM MANGUEIRAS LUMINOSAS LED (VERDE, VERMELHO, AZUL E BRANCO MORNADO); dentre outros, impossibilita, sobremaneira, um maior número de empresas a participarem do pregão, pois a maioria das empresas não atuam em todos os serviços listados, restringindo e afastando a escolha da melhor proposta.

Preliminarmente informamos que em conformidade com o art. 23, § 1º da Lei Federal 8666/93 o parcelamento é a regra a ser obedecida pela Administração Pública, ao proceder uma licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços.

**"Art. 23. § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)"**





Embora seja um ato discricionário do gestor, ele não está livre para decidir, devendo ser motivada e demonstrada sua razoabilidade técnica-econômica. Essa exigência diminui drasticamente a competitividade do certame, e estabelece preferências, afastado assim, o fim colimado do pregão: que é a escolha da proposta mais vantajosa, em ambiente de igualdade de condições aos licitantes.

Assim, entende-se que o não parcelamento da licitação em vários lotes ou licitações, na forma que prevê o art. 23, § 1º da Lei Federal 8666/93, em função da diversidade de objetos, deveria ter sua motivação e razoabilidade demonstrada técnico e economicamente, na fase interna da licitação, uma vez que a reunião de diversos serviços em uma única licitação, num só lote, tem o condão de afastar pequenos e médios prestadores de serviços, restringindo o caráter competitivo da licitação.

Imperioso ressaltar a Súmula 253/2010 do TCU, trouxe em seu bojo a orientação acerca das justificativas necessárias para inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação:

**SÚMULA Nº 253/2010 "Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens."**

Considerando ainda que o TCE/MG, em janeiro de 2015, publicou uma Cartilha sobre as orientações técnicas para Assunção baseada na orientação técnica produzida pelo grupo de estudos, a fim de que os entendimentos firmados por aquela renomada Corte acerca das questões relacionadas à transferência dos ativos de iluminação pública aos Municípios, orientando os jurisdicionados, além de possibilitar a disseminação dos conhecimentos. Em seu capítulo IV (Pág. 23), a respectiva unidade técnica, asseverou-se, sobre as modalidades e sistemas





licitatórios aplicáveis à contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, expansão/eficientização:

"DAS MODALIDADES E SISTEMAS LICITATÓRIOS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, OBSERVANDO-SE O PARCELAMENTO DO OBJETO:

**Considerando a necessidade de parcelamento do objeto a ser licitado, de acordo com o que orienta o art. 23, §1º da Lei n. 8.666/93 e de acordo com entendimento assentado por este Tribunal de Contas,** fixam-se as seguintes parcelas/lotes e as respectivas modalidades e sistema licitatório passíveis de adoção:

I - Registro de Preços: deverá ser realizada concorrência ou pregão, conforme art. 15 da Lei 8.666/93, para a terceirização do serviço, com a possibilidade de que outros Municípios serem participantes ou caronas, com a ressalva do art. 22, §2º do Decreto Federal nº 7.892/2013;

II - Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, **para parcela referente à manutenção dos ativos da iluminação pública já existentes;**

III - Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, **para contratação da parcela referente ao call center e software;**

IV - Concorrência para expansão e "eficientização" da rede: **deve ser realizada concorrência porquanto esses serviços demandam estudos, projetos e obras"**

Ressaltamos que se caso não haja divisibilidade do objeto do presente certame, estará a Administração Pública, na contramão das orientações técnicas referendadas pelo TCE/MG, vejamos:

*"A fim de preservar a competitividade do certame, os Municípios deverão observar, ainda, os seguintes aspectos:*

*(...)*

*V - É vedada, para a licitação dos serviços de call center e software, a exigência de que as licitantes apresentem "capital intelectual", porquanto estes serviços encontram-se disponíveis no mercado. Os dois serviços devem ser objeto de uma única licitação e não devem parcelados, pois, para o serviço de iluminação pública, são complementares e têm, em sua entrada e saída de cadastros, dados que permitirão o resultado do serviço prestado, sua gestão e fiscalização. A empresa vencedora do certame para contratação de call center e software não deve ser a mesma declarada vencedora para a realização dos serviços de manutenção, **para evitar que se coloque uma mesma empresa para prestar tais serviços e fiscalizar seu cumprimento ou qualidade,** vindo a gerar possibilidade de*





*inconformidades de gestão, fiscalização e fragilidades contratuais imensuráveis”.*

Neste mesmo sentido, a nobre Corte de Contas do estado de Minas Gerais, já se debruçou sobre a matéria nos autos da Denúncia n. 944814, de relatoria do Cons. Wanderley Ávila, julgada pela Segunda Câmara, em 14/12/2017, referente à licitação de iluminação pública com agrupamento dos serviços de manutenção e serviços de *call center*, no Município de Itajubá:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. **AUSÊNCIA DO PARCELAMENTO DO OBJETO POR ITENS OU LOTES. RESTRIÇÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA.** EXIGÊNCIA DE QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO INTEGRE O QUADRO PERMANENTE DA LICITANTE NO MOMENTO DA PROPOSTA. **IRREGULARIDADE. EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** RESTRIÇÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA E COMPETIVIDADE. AUSÊNCIA DE AMPLA PESQUISA DE PREÇOS. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS AO INVÉS DA REMUNERAÇÃO DO CONTRATADO POR MEIO DE VALOR FIXO MENSAL. AUSÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDÍVEL PARA OS LICITANTES. IRREGULARIDADE DO PREGÃO. MULTA.

**1. A opção da Administração de não parcelar o objeto, de acordo com as previsões da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 23, §1º, ausentando-se de elencar reais motivos que determinem a indivisibilidade do objeto, que comprovem a viabilidade técnica e econômica, culminam em restrição à ampla concorrência, ferindo a previsão legal.**

“Observou-se ainda que, o agrupamento dos serviços de manutenção e demais serviços relativos à iluminação pública ao serviço de *call center*, essencialmente, restringiu a ampla concorrência e a participação no certame, tendo em vista que somente duas empresas participaram do certame (...).

A empresa vencedora do certame para contratação de *call center* e software não deve ser a mesma declarada vencedora para a realização dos serviços de manutenção, para evitar que se coloque uma mesma empresa para prestar tais serviços e fiscalizar seu cumprimento ou qualidade, vindo a gerar possibilidade de inconformidades de gestão, fiscalização e fragilidades contratuais imensuráveis”.





Conforme entendimento acima, o parcelamento, traduzido na contratação de mais de uma empresa, indica o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade. Além do mais, não é admissível que a mesma empresa execute o serviço de manutenção do sistema de iluminação pública e encarregue-se por sua fiscalização.

Desta forma, requeremos a divisão por lotes dos itens constantes na PLANILHA DETALHADA DE SERVIÇO, para que não haja imotivada restrição ao caráter competitivo, respeitando por fim o art. 23, § 1º da Lei Federal 8666/93.

### 3 - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer o conhecimento da presente Impugnação, julgando-a **TOTALMENTE PROCEDENTE** para retificar o edital de licitação impugnado para:

**1)** Parcelar o objeto a ser licitado, de acordo com o que orienta o art. 23, §1º da Lei n. 8.666/93 e de acordo com entendimento assentado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, nos seguintes moldes:

**a)** Desmembramento entre a parcela referente à manutenção da iluminação pública mensal e o serviço de georreferenciamento, cadastramento e emplacamento da iluminação pública, bem como do serviço de locação de software de gestão e controle de manutenção, constantes no item 1 da planilha orçamentaria;

**b)** Desmembramento entre a parcela referente à manutenção da iluminação pública mensal e os demais serviços de fornecimento e instalação de luminárias Led e poda e supressão de árvores, por se tratarem estes de serviços técnicos relacionados à efficientização da rede;





c) Desmembramento entre a parcela referente à manutenção da iluminação pública mensal e os serviços descritos nos itens 2, 3 e 4 da PLANILHA DETALHADA DOS SERVIÇOS constantes do ANEXO I.

3) Que a sessão pública designada seja **suspensa**, até que as readequações solicitadas sejam implementadas;

4) Em caso de negativa de alteração ao edital, pede-se que a Comissão de Licitação se manifeste expressamente quanto a todas as matérias tratadas nessa Impugnação, para que seja possível eventual questionamento junto às autoridades superiores.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Caratinga, 08 de março de 2021.

  
**Moacyr Mendonça Costa Júnior**  
**Construrede Eletricidade Ltda.**  
**Diretor Administrativo**

00.600.238/0001-58  
**CONSTRUREDE ELETRICIDADE LTDA**

AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2115  
CEP: 35.300-571  
CARATINGA - MG

*Moacyr Mendonça Costa Júnior*  
Engenheiro Eletricista  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
RG CREA 61403/D